

Terri Vele de Azevedo  
JAN 92

CEDI - P. I. B.
DATA 01/04/93
COD. KXD.00050

**História das Relações Indígenas e Não-Indígenas na Área**

KAXINAWA DO Juruá

**a) Breve História da Região do Alto Juruá**

O povoamento pelos não-indígenas da região do Alto Juruá, habitat tradicional do povo Kaxinawá, ocorreu a partir das duas últimas décadas do século XIX, impulsionado por duas frentes extrativistas da borracha: uma, itinerante e de curta duração, formada por caucheiros peruanos; e a outra, sedentária e duradoura, constituída por brasileiros, que procuravam abrir seringais nativos para a extração da seringa.

Foram, pois, o caucho ("castilloa elastica") e a seringa ("hévea brasiliensis") os dois principais produtos extrativos, que motivaram a ocupação por brasileiros e peruanos dessas extensas áreas de florestas banhadas pelos rios Alto Juruá e Alto Purus, áreas estas que viriam, posteriormente, a constituir o estado do Acre.

Segmentos populacionais destas duas frentes extrativas praticamente cercaram as populações indígenas, que viviam há muito tempo nessas regiões. A frente caucheira deslocou-se principalmente dos vales do Ucaiali e do Madre del Dios, passando por "varadouros" abertos na mata até às cabeceiras dos rios Purus e Juruá (Tocantins, 1961: 716). A sua rápida passagem pela região foi marcada pela violência extrema contra as populações indígenas. Já a segunda frente, a da seringa, foi fruto de sucessivos surtos migratórios de nordestinos brasileiros,

refugiados das grandes secas que arrasavam o sertão desde fins do século passado. Tais refugiados foram facilmente recrutados para abrir seringais nativos na Amazônia, especialmente nas novas áreas de expansão formadas pelos rios Juruá, Purus e Madeira. Esta segunda frente é de profunda significação para o povo Kaxinawá, até mesmo nos dias atuais.

Havia uma relação direta entre o aumento do contingente de migrantes nordestinos e a quantidade de borracha produzida na Amazônia. Daí porque, durante os anos de 1877 até 1912, tenha havido um fluxo migratório contínuo estimado em aproximadamente 5 mil pessoas ao ano o qual continuou in<sup>v</sup>interruptamente durante todo o período de apogeu da borracha. Paul Le Cointe, diretor do Museu Comercial do Pará, afirmou que durante este período a população da Amazônia aumentou para mais de 600 mil habitantes (Cointe, 1922: 300). Deste total, cerca de 40 mil nordestinos ocuparam a região do Alto Juruá e mais de 60 mil fixaram-se nos seringais do Purus, em um período muito curto de tempo. Euclides da Cunha, que percorreu o rio Purus no início deste século, classificou a ocupação deste rio como "uma das mais enérgica não só da nossa terra senão de toda a América Latina" (Cunha, 1976: 258). /n

O aumento crescente nos preços e na quantidade de borracha foi considerável durante todo este período de apogeu. O máximo de produção de borracha que a Amazônia brasileira produziu foi 42 mil toneladas em 1912. Nunca mais a Amazônia produziu essa quantidade de borracha. Até então a borracha chegara a representar quase metade da renda nacional, embora pouco, ou quase nada, havia ficado na região. A não ser as crônicas das violências praticadas contra as populações indígenas.

De fato, essas frentes extrativistas provocaram consequências devastadoras no que se refere a organização social, econômica e política das populações indígenas. Foram constantes os enfrentamentos entre os Kaxinawá e segmentos populacionais avançados dessas frentes da seringa/caucho, com elevados números de mortes de ambos os lados. Os Kaxinawá classificam esses primeiros encontros com os "brancos" como "o tempo das correrias".

A tradição do grupo Kaxinawá fala de choques violentos com grupos de caucheiros peruanos e seringalistas/seringueiros brasileiros nas cabeceiras do rio Envira. Por volta de 1915 os Kaxinawá massacraram uma turma de caucheiros no Seringal Simpatia, saquearam o barracão e levaram todos os instrumentos de metais, mercadorias, armas e munições. Depois disso a maioria do povo Kaxinawá decidiu migrar para as terras firmes do igarapé "Nixima Hene" e rio Curanja, afluentes das cabeceiras do Purus, no lado peruano, onde não existiam seringa nem caucho. Só vieram a entrar em contato com os "brancos", muitos anos depois, já em meados da década de 1940. A outra parte do grupo refugiou-se nas cabeceiras dos rios Envira e Tarauacá. E, por volta de 1920, foram "amansados" por Felizardo Cerqueira, um famoso mateiro da região do rio Tarauacá. Felizardo os levou, posteriormente, para o rio Jordão, onde foi contratado pelo patrão do Seringal Revisão para dar segurança e proteção aos seringueiros, os quais eram constantemente atacados por índios arredios, denominados localmente de "Papavô". Junto com Felizardo, os Kaxinawá realizaram inúmeras "correrias" contra estes índios "brabos" nas

cabeceiras do Jordão. Alguns velhos Kaxinawá relatam um grande massacre de índios Papavô praticado por Felizardo e seus parentes num local situado próximo à sede do Revisão, último seringal do rio Jordão.

Depois que Felizardo começou a gerenciar o seringal Revisão, os Kaxinawá passaram a trabalhar na seringa e a realizar todo tipo de atividade necessária ao funcionamento da empresa seringalista naquele rio. Felizardo era tido como um bom patrão, falava corretamente a língua Kaxinawá e tinha várias mulheres indígenas como esposa. Aceitava o modo de vida indígena e os incentivava a colocar os seus roçados e praticar as suas atividades tradicionais de subsistência. Costumava ainda a marcar os braços de todos os homens Kaxinawá com as iniciais de seu nome (F.C.), com o intuito de mostrar para os outros patrões da região que aqueles índios lhe pertenciam. Esse personagem é de fundamental importância no processo de incorporação dos Kaxinawá à empresa seringalista, processo este que só começou a acontecer, de forma sistemática, a partir de 1912, quando os preços da borracha começaram a decair progressiva e acentuadamente no mercado internacional. Tal queda foi provocada pela entrada de borracha oriunda dos seringais de cultivo da Malásia no mercado mundial. A produção de borracha extrativista da Amazônia, a partir deste fato, passa, então, a ocupar um lugar absolutamente marginal -enquanto fonte de abastecimento- no mercado global.

Vários fatores contribuíram para a incorporação dos Kaxinawá à empresa seringalista. Dentre eles podemos destacar a impossibilidade dos patrões da região de ficar importando mão-de-obra do nordeste brasileiro, o baixo custo da mão-de-obra

indígena e a necessidade de diversificar as atividades produtivas, como a produção agrícola para o abastecimento do seringal.

Os seringais nativos da região do Alto Juruá só continuaram existindo durante esse período de crise, porque aconteceu uma profunda transformação na economia regional. O Alto Juruá abandonou a monocultura anterior e começou a se transformar numa região policultora. Além da borracha passaram a produzir outros produtos, como a farinha, o açúcar mascavo e o tabaco. Os seringueiros regionais, que até então eram proibidos de colocar roçados pelos seus patrões, passaram a fazê-lo. E também, da mesma forma que os índios, transformaram-se em caçadores, pescadores e coletores.

Quando os preços da borracha chegaram aos pontos mais baixos, começou a surgir negócios com couro (venda de peles de animais) e, posteriormente, extrações seletivas de madeiras-de-lei. Enfim, houve na região do Alto Juruá uma diversificação econômica das atividades produtivas. A borracha continuou sendo produzida, mas como uma atividade entre outras.

Durante esse período, que vai de 1912 até a Segunda Guerra Mundial, os seringalistas da Amazônia não receberam nenhum apoio do Governo. Se a borracha continuou a ser produzida na região foi porque eles foram capazes de aguentar preços cada vez mais baixos. E só foram capazes disso porque os seringueiros, a exemplo dos Kaxinawá, outrora extratores exclusivos, se transformaram numa espécie de "camponeses da floresta" e, criativamente, começaram a improvisar para sua subsistência. Conseqüentemente, os grandes patrões, famosos coronéis da

borracha no período de seu apogeu, regridiram à condição de pequenos patrões.

Durante esse período de crise cessaram as "correries" contra os grupos indígenas da região. E, vários patrões passaram a contratar mateiros, a exemplo de Felizardo Cerqueira, para "amansar" os índios, porque agora o seu modo de vida era compatível com a diversificação das atividades econômicas desenvolvidas nos seringais nativos do Alto Juruá.

Para se entender a situação atual da borracha na região amazônica, e particularmente no Alto Juruá, é necessário que se entenda os acontecimentos que ocorreram a partir da Segunda Guerra Mundial.

No início da Segunda Guerra os patrões seringalistas tiveram a oportunidade de serem beneficiados, pela primeira vez na história da Amazônia, pelo governo federal. E isso porque os Estados Unidos da América, preocupados com o abastecimento de borracha durante a guerra, incentivou o governo brasileiro a criar o Banco da Borracha, entrando com a metade de seu capital.

O Banco da Borracha, enquanto um órgão do governo federal, passou a ser responsável, tanto pelo financiamento da safra, quanto pela compra de toda a borracha produzida na Amazônia. Com isso a borracha passou a ser monopólio do Estado brasileiro. Desde então, com reflexos até nos dias atuais, a borracha passou a ser comprada e a ter seus preços administrados e fixados pelo governo federal.

A criação da SUDHEVEA (Superintendência da Borracha) em 1950, tradicionalmente dirigida por representantes dos políticos acreanos ligados ao setor gomífero, passou a adotar uma política

de favorecimento e proteção para a borracha da Amazônia.

Mesmo com todo esse protecionismo, a produção de borracha da Amazônia continuou pequena, até mesmo em relação à demanda do mercado interno. Já em 1958 a necessidade da indústria brasileira de pneus era superior à produção de borracha da Amazônia. O governo passou, então, a incentivar e permitir a importação de borracha, mantendo, no entanto, o sistema de quotas. Só era importado além do que os seringais nativos produziam, assegurando, dessa forma, um mercado para a produção de borracha extrativa. A produção amazônica, que tinha chegado ao auge em 1912, com 42 mil toneladas, baixou para 30 mil e depois ficou numa média de 20 à 30 mil toneladas, dependendo dos aumentos dos preços da borracha.

A partir de 1950 o governo, não só garantiu preços crescentes e mercado para a borracha, como financiou os seringalistas para que eles custeassem as safras de borracha, engendrassem o aviamento aos seringueiros (fornecimento de produtos industrializados e instrumentos de trabalho) e realizassem a comercialização das produções de seus seringais.

Desde meados da década de 50, representantes do sindicato de fabricantes de pneus vem combatendo violentamente a política da borracha do governo federal, afirmando que, ao manter um sistema ineficiente de produção de borracha, o governo está prejudicando a produção de pneus e favorecendo a miséria do seringueiro dentro da mata.

No final dos anos 60, o governo brasileiro passou a adotar uma nova política desenvolvimentista para a Amazônia, que contemplava o outorgamento de facilidades fiscais e creditícias

para que grupos econômicos do centro-sul do país passassem a liderar uma ampla transformação, tanto na estrutura fundiária quanto nas atividades produtivas que historicamente se baseara a economia regional.

No estado do Acre, um dos principais fatores decorrente desta nova política desenvolvimentista foi a compra de grandes quantidades de seringais nativos pelos "paulistas", como ficaram conhecidos localmente os representantes dos grupos econômicos do centro-sul do país.

Em meados da década de 70, quando boa parte das vendas de terra para os "paulistas" já havia sido concretizada, o governo federal iniciou o Programa de Incentivo à Produção Vegetal (Probor), através do qual transferiu uma extraordinária quantidade de recursos financeiros para os seringalistas modernizarem a produção de seus seringais e permitirem que os seringais nativos se transformassem em seringais de cultivo. Este programa visava abastecer a indústria nacional de borracha.

Através de três diferentes etapas deste Programa (Probor 1, 2 e 3), o governo liberava recursos financeiros para implantação de seringais de cultivo, recuperação de seringais nativos e custeio da safra de borracha à juros subsidiados, inferiores ao da inflação. O Probor estava financiando ao mesmo tempo o seringal moderno, de cultivo, e também o seringal tradicional.

Para recuperação de seringais nativos e custeio da safra, o Banco da Amazônia (BASA) aceitava o arrendamento do seringal. E tinha uma cláusula escandalosa que aceitava como garantia do empréstimo (com um ano para pagar, com juros fixos e sem correção monetária) a safra antecipada de borracha. O seringalista, que



não tinha título de propriedade do seringal, para garantir o empréstimo junto ao BASA, bastava dar como garantia a produção de borracha no final da safra. Como consequência disso, o seringueiro já não era mais o dono da borracha que produzia, porque esta já estava empenhada como garantia da safra de seu patrão. Se o seringueiro, por exemplo, vendesse uma borracha para o marreteiro e/ou regatão, o seu patrão, com base nesses contratos de empréstimos feitos junto ao BASA, poderia obter uma ordem judicial para reprimir e tomar aquela borracha, alegando que ela nem mais lhe pertencia, pois já era uma propriedade do Banco. Então, em função desses contratos de empréstimo, o seringueiro não tinha o direito de vender a sua borracha para quem quizesse. Era uma herança do "tempo do monopólio da borracha".

A maior parte dos recursos do Probor foi desviada para outras atividades mais lucrativas e até mesmo utilizada com gastos suntuosos. Raramente tais recursos foram empregados na modernização do sistema produtivo de borracha. Como consequência disso muitos patrões seringalistas ficaram inadimplentes com o Banco, que passava a cobrar os débitos dos financiamentos anteriormente realizados pelo primeiro Probor. Como muitos deles não tinham como pagar, tiveram que entregar as suas propriedades ao Banco ou aceitar vendê-las para investidores do centro-sul, indicados pelo Banco. Tal aconteceu com o seringalista Evilásio Maia em Cruzeiro do Sul, o qual foi obrigado a vender todos os seus seringais localizados na bacia do rio Tejo para uma empresa paulista denominada Consulmar. O mesmo se deu com Altevir Leal, em Tarauacá, obrigado também a vender quase todos os seus

seringais dos rios Gregório, Acuraua e Riozinho da Liberdade (e ainda alguns dos rios Tarauacá e Murú) para grupos econômicos de centro-sul, como a Paranacre, Tarauacá S.A e Viação Aérea Cruzeiro do Sul, em transações intermediadas pelo BASA, para que ele pudesse efetivamente pagar os débitos contraídos ao longo de vários anos de financiamentos realizados junto ao referido Banco.

Alguns poucos patrões da região se enriqueceram com os financiamentos feitos através do Probor 1, passando a comprar seringais, enquanto outros vendiam. Estes patrões investiram os recursos do Probor na compra de gado e formação de pastagens, na extração de madeiras e aquisição de serrarias, na compra de máquinas pesadas e tratores, na construção civil e no comércio urbano. Durante este período de financiamento do Probor houve muito dinamismo, mas não houve realmente progresso técnico na modernização da produção de borracha.

Os beneficiários do Probor não foram só os seringalistas tradicionais da região ligados à economia da borracha, mas também os representantes dos grupos "paulistas" que tinham comprado inúmeros seringais, com índios e seringueiros em seu interior. Os "paulistas", além dos empreendimentos com fazendas, passaram também a reativar os seringais como forma de justificar perante as instituições financiadoras a aplicação dos recursos.

A situação histórica prevalecente na região do Alto Juruá, em meados da década de 70, estava marcada pela matriz das relações econômicas, sociais e políticas impostas pelo sistema de aviamento. Este sistema constituía a base de funcionamento e de reprodução da empresa seringalista na região e o feixe de relações que permitia aos patrões impor a sua dominação sobre a

população Kaxinawá e os seringueiros regionais.

Através deste sistema de aviamento os patrões seringalistas detinham o monopólio da comercialização da borracha e dos produtos industrializados. O seringueiro (Kaxinawá ou regional) era obrigado, portanto, a comprar no barracão de seu patrão todas as mercadorias e os instrumentos de trabalho indispensáveis à extração da seringa e à garantia da subsistência de seu grupo doméstico. Era também obrigado, em contra-partida, a entregar a totalidade de sua produção de borracha para pagar o débito contraído por suas compras durante a safra. Devido aos altos preços pagos pelas mercadorias, ao baixo preço de sua borracha e à práticas confiscatórias, como o pagamento da renda das estradas de seringa e descontos no peso da borracha à título de "tara" ou "quebra", o seringueiro (Kaxinawá ou regional) ficava sempre em débito perante o barracão de seu patrão no final da safra da seringa. Dessa forma, o patrão imobilizava a força de trabalho do seringueiro e impunha uma série de práticas de dominação sobre ele e demais integrantes de seu grupo doméstico.

Até meados da década de 70, as populações indígenas existentes no Acre eram desconhecidas (ou melhor ignoradas) pelas autoridades estaduais e por diferentes segmentos da população urbana. Na região do Alto Juruá, os Kaxinawá (e demais populações indígenas ali existentes) eram denominados pelo termo genérico de "caboclos". E, eles próprios, devido a forte dominação que sofriam no interior dos seringais, ao total desconhecimento dos direitos específicos a eles assegurados pelas leis brasileiras e, ainda, como estratégia para atenuarem as discriminações às quais estavam sujeitos, reproduziam essa

mesma caracterização como forma de auto-identificação.

Até 1975 não existia qualquer atuação de organizações governamentais e não-governamentais em relação às populações indígenas no Estado do Acre. A Funai instalou-se no final de 75, quando criou uma Ajudância em Rio Branco (Ajacre), subordinada à VIII Delegacia Regional, sediada em Porto Velho. Em 85 a Ajacre foi transformada na XIV Delegacia Regional.

Em 1975, a Divisão de Estudos e Pesquisas da Funai realizou os primeiros levantamentos demográficos, sócio-econômicos, culturais e fundiários da população Kaxinawá existentes nos rios Envira, Murú, Humaitá, Tarauacá e Jordão. Em função desses levantamentos e, principalmente, do acirramento dos conflitos pela posse da terra, distintas equipes da Funai realizaram, em 1977, as primeiras identificações dos territórios indígenas no Estado do Acre.

#### **b) A Criação do Território Indígena Kaxinawá do Rio Jordão**

Até meados da década de 70 os Kaxinawá viviam em seis dos oito seringais existentes no rio Jordão (Bonfim, Bom Jardim, Fortaleza, Sorocaba, Transual e Revisão) trabalhando como seringueiros, pequenos agricultores de subsistência (roçados, caçadas, pescarias e eventuais coletas) e realizando todo tipo de trabalho para os patrões de seringais. Tais trabalhos incluíam a abertura de varadouros e estradas de seringa, a colocação de roçados para os gerentes aviados dos seringais, a caça e a pesca para o barracão, o deslocamento de borracha nas costas -das colocações dos "centros" para a sede do barracão localizada nas

"margens" do rio-, o carregamento rio abaixo em balsas de borracha dos patrões para a cidade, bem como o transporte de mercadorias da cidade e vila da região até a sede dos seringais do Jordão, etc...

Até o ano de 77, portanto, os Kaxinawá não possuíam um território próprio e para se colocar nos seringais do Jordão tinham que ter autorização dos patrões locais (proprietários, arrendatário e gerentes aviados.) Além disso ainda eram obrigados a pagar a renda pelas estradas de seringa que ocupavam (35 Kg de borracha por estrada). Como um seringueiro geralmente ocupa de 2 à 3 estradas de seringa, os índios eram obrigados, portanto, a pagar de 70 a 105 Kgs de borracha por safra. Os patrões, através do sistema de aviamento, mantinham, tanto os seringueiros regionais, quanto os índios Kaxinawá dominados através do "cativeiro da dívida". Dispunham, por conta disso, da força de trabalho dos seringueiros e índios conforme seus interesses econômicos e pessoais. Os Kaxinawá falam da época em que viviam sujeito aos patrões como "o tempo do cativeiro" .

No rio Jordão, assim como em todos os afluentes do alto Juruá prevalecia a organização espacial, econômica e política imposta pela empresa seringalista.

Em 1975, os principais proprietários dos seringais existentes no Jordão eram Raimundo Ramos de Araújo -ex-prefeito de Tarauacá e representante dos interesses da Paranacre a nível local- e Altevir Leal -senador biônico do PDS e, até o início da década de 70, o maior proprietário individual de terras no município de Tarauacá. Através de acordos de arrendamento de seus respectivos seringais, permitiam a Carlos Farias impor -através de uma rede

de gerentes-aviados responsáveis pelo gerenciamento local dos barracões- o monopólio do movimento comercial de borracha e mercadorias realizado no interior dos seringais daquele rio.

Em meados dos anos 70, o pequeno seringal Fortaleza gerenciado pelo índio Kaxinawá, Alfredo Sueiro Sales, contava com apenas 27 estradas de seringa distribuídas em 6 colocações, além da sede e do campo ao redor do barracão e de outras casas. Nesta época habitavam no Fortaleza 144 Kaxinawá distribuídos em 19 casas. A maior parte desta população -239 indivíduos, ocupando 38 casas- estava espalhada por outros 5 seringais do rio Jordão (Revisão, Transual, Sorocaba, Jardim e Bonfim) controlados por gerentes-aviados ligados ao patrão-chefe do rio, Carlos Farias. Além destes, outros 142 índios Kaxinawá habitavam 20 casas distribuídas em 8 seringais localizados em distintas alturas do curso do rio Tarauacá.

O Fortaleza era o único seringal em toda a região do Alto Juruá a ser controlado por um grupo doméstico Kaxinawá. Este pequeno seringal pertencia anteriormente a dona Marcolina - uma velha nordestina do Piauí, que chegara ao Acre no início do século. Era viúva e não tinha qualquer herdeiro na região. Dada a precariedade de sua condição econômica, dona Marcolina não tinha condições de recrutar seringueiros regionais, tendo, então, convidado os índios Kaxinawá -notadamente o grupo doméstico de Sueiro- para desempenhar diferentes tarefas necessárias ao funcionamento do Fortaleza e à reprodução da vida econômica e social de seu barracão. Estas tarefas compreendiam: cortar seringa, colocar roçados, caçar e pescar para garantir sua alimentação, fazer cercas para seu gado não invadir os roçados,

plantar os canaviais para fabricar açúcar mascavo para vender aos seringueiros dos outros seringais do Jordão e realizar o transporte da borracha e das mercadorias. Em contra-partida, "dona Marcolina do Forno", como era conhecida no Jordão, garantia verbalmente que quando ela falecesse o seu seringal passaria a ser propriedade dos índios, especialmente do grupo doméstico de Alfredo Sueiro, seu afilhado. Já nessa época, Sueiro era tido como uma figura proeminente entre os Kaxinawá do rio Jordão, por ser considerado um dos filhos de Felizardo Cerqueira, amansador e primeiro patrão dos "caboclos" (denominação e auto-denominação dos Kaxinawá, como mencionados acima).

Quando a sua velha madrinha morreu, Sueiro não dispunha de qualquer documento que comprovasse a legalidade de sua posse sobre o Fortaleza e teve que disputá-lo com um outro pequeno patrão do Jordão, Quincas Mariano. No bojo desta disputa, Quincas Mariano envolveu-se com o assassinato de um velho seringueiro branco. Tentou depois, sem sucesso, incriminar os índios Kaxinawá junto às autoridades municipais para assim ficar de posse do pequeno seringal Fortaleza. Depoimentos de seringueiros brancos e de alguns índios Kaxinawá na delegacia de Tarauacá, acabaram resultando na prisão de Quincas Mariano e na posse efetiva do Fortaleza pelo grupo doméstico de Sueiro, assim como por outros parentes e afins.

A posse do Fortaleza, apesar de seu reduzido espaço, foi extremamente importante do ponto de vista da reprodução sócio-econômica e social e das elaborações territoriais da população Kaxinawá. O Fortaleza representava uma terra indígena encravada no meio dos demais seringais controlados pelos brancos ao longo

do rio Jordão. Essa noção de territorialidade precedia a qualquer passagem da Funai pelo local.

Apesar de gozar de relativa liberdade para plantar os seus roçados de terra firme e seus cultivos de praia, para pescar com "oaca" (uma espécie de tingui para envenenamento de peixes) -procedimentos não permitidos nos outros seringais- e para caçar com cachorros, Sueiro sempre esteve atrelado comercialmente aos arrendatários dos seringais do Jordão e à sua rede de gerentes-aviados. Enquanto Sueiro esteve inserido nessas esferas de comercialização controladas por estes personagens locais, os proprietários nunca sentiram os seus interesses ameaçados. Mas em função da primeira passagem da Funai em 75 e da iniciativa dos índios de confeccionarem e comercializarem uma coleção da cultura material Kaxinawá em 76 (para que pudessem comprar mercadorias e vender as suas produções de borracha por conta própria) os principais proprietários dos seringais do Jordão, Raimundo Ramos e Altevir Leal, começaram a fazer pressão para comprar o Seringal Fortaleza e assim descaracterizá-lo enquanto uma terra de domínio indígena. Posteriormente, quando os Kaxinawá criaram a sua cooperativa em 78, tais proprietários tentaram obstaculizar as diferenciadas formas de mobilização engendradas pelos índios com o intuito de lograr maior autonomia nos planos territorial, comercial e político.

Em 1977, por ocasião da primeira identificação do território do rio Jordão (importante momento para a discussão dos limites da área indígena) os Kaxinawá elegeram como área indígena o conjunto de todos os 8 seringais nativos incidentes dentro daquele rio (além dos seis citados acima, incluíam-se os seringais Boa Vista



e Nova Empresa). Explicitaram, também, que os limites desses seringais nativos eram conhecidos por todos os atores sociais da região: patrões seringalistas, arrendatários, gerentes aviados, seringueiros regionais e pelos próprios índios seringueiros.

A exclusão dos dois primeiros seringais do Jordão (Boa Vista e Nova Empresa) dos limites iniciais daquela área ocorreu devido as fortes pressões políticas por parte de seus antigos proprietários (o senador Altevir Leal, Arena/PDS, proprietário do Seringal Nova Empresa e Carlos Farias, arrendatário e patrão-chefe do rio Jordão e dono do Seringal Boa Vista). Por causa dessas pressões a Funai elaborou um novo Memorial Descritivo do território Kaxinawá, diminuindo a extensão da área identificada em 77, ou seja, excluindo os dois primeiros seringais. Alegavam os referidos proprietários que os índios não moravam nestes dois primeiros seringais, ocupando apenas o rio Jordão a partir do Seringal Bonfim para cima.

Em 1978, com apoio do jornal *O Varadouro*, editado em Rio Branco, capital do estado do Acre, os Kaxinawá iniciaram uma campanha para arrecadar recursos destinados à criação de uma cooperativa de produção e consumo.

A idéia central da cooperativa, administrada e gerenciada pelas próprias lideranças indígenas, era a de criar uma alternativa comercial para os patrões seringalistas, os quais dominavam economicamente, através do sistema de aviamento e barracão, os seringais incidentes naquela área. Tratava-se, portanto, de estabelecer uma estratégia econômica para garantir o território Kaxinawá identificado pela Funai em 77.

Inicialmente a sede da cooperativa estava localizada no

pequeno Seringal Fortaleza de Sueiro. Era o único seringal em toda a região do Alto Juruá, cujo patrão era um índio Kaxinawá. Desse modo, antes mesmo da identificação de um território pela Funai, os kaxinawá do Jordão já tinham uma idéia de uma terra ou melhor de um seringal controlado e ocupado por eles próprios.

Essa idéia de seringal nativo veio de certa forma condicionar a visão que os Kaxinawá tinham de seu território atual. A noção de territorialidade, baseada na matriz espacial e econômica da empresa seringalista, não estava associada a qualquer espécie de "território ideal", tal qual pensavam os Kaxinawá antes de sua inserção na sociedade nacional. Isso porque a disposição territorial imposta pelo seringal passou a ser um fator fortemente enraizado numa cultura moldada ao longo de um século de contato com segmentos da sociedade regional

Com a criação de sua cooperativa eles deixaram de comprar os bens industrializados e os instrumentos de trabalho, de que já necessitavam para viver nos seringais, e também de entregar as suas produções de borracha aos patrões seringalistas ali estabelecidos. Passaram, então, a ocupar as estradas e colocações de seringa existentes dentro de suas áreas por conta própria. Deixaram, ainda, de pagar a renda das estradas de seringa para os patrões locais, prática tradicional nos seringais da região. Aliás, o pagamento da renda, além de ser mais um mecanismo de exploração econômica dos seringueiros -índios ou regionais- pelos barracões dos patrões, representava, também, o reconhecimento de que aqueles seringais tinham um dono. Quem pagava a renda estava, implicitamente, reconhecendo isto.

O movimento da cooperativa representou uma possibilidade

concreta para que a população indígena gradualmente se apropriasse dos seringais existentes em sua área.

O processo de mobilização para a conquista da terra foi sempre direcionado por lideranças do povo Kaxinawá, através de estratégias por elas organizadas e colocadas em prática face à reorganização do grupo e aos diferentes contextos de enfrentamento com outros atores da sociedade envolvente.

É evidente que diversos momentos de conflitos ocorreram no processo de reafirmação da apropriação do território do rio Jordão pelos índios Kaxinawá a nível local. Dentre eles podemos citar:

a) no período inicial de estruturação da cooperativa do rio Jordão, as lideranças Kaxinawá (Getúlio Sales, Elizeu Sereno, Nicolau Carlos, Agostinho Mateus e outros) carregavam durante à noite a borracha dos outros seringais para o seringal Fortaleza. Ficavam temerosos de que os gerentes-aviados locais lhes tomassem a borracha, alegando dívidas antigas dos índios seringueiros;

b) os integrantes da família Mateus e Sena disputaram a colocação Alto Jardim com os seringueiros brancos e o gerente aviado do seringal Bom Jardim. Depois de ocuparem a colocação Alto Jardim, os mesmos integrantes dessas famílias enfrentaram o gerente do Revisão, passando a ocupar este último seringal da área indígena. Como recompensa pelos enfrentamentos vitoriosos, os representantes daqueles dois grupos extensos ocuparam o Revisão e tiveram a primazia na formalização de alianças com outros grupos que posteriormente se deslocaram para aquele seringal. Num primeiro momento Agostinho Mateus passou a gerenciar a cantina da cooperativa do seringal Revisão, sendo

substituído, posteriormente, pelo seu cunhado, Francisco Sabino, da família Sena.

c) as lideranças Kaxinawá ainda tiveram que enfrentar, a nível local, o gerente aviado dos seringais Revisão e Bom Jardim, João Dedê. Este gerente impunha maior resistência a abandonar o movimento comercial nos seringais Bom Jardim e Revisão, mesmo depois de um acordo firmado entre o arrendatário, Carlos Farias, e o líder Kaxinawá, Alfredo Sueiro Sales. Por este acordo o arrendatário retiraria dos seringais da área Kaxinawá todos os seringueiros e gerentes aviados no início de 1980, mediante o pagamento das indenizações pela Funai de 80 mil covas de roça (mandioca) pertencentes aquele gerente-aviado. Como a Funai demorasse a pagar as indenizações de suas benfeitorias, João Dede insistia em permanecer mais um ano movimentando os seringais da área indígena. No início de 80, quando os índios Kaxinawá iam subindo o Jordão com seus barcos carregados de mercadorias para a sua cooperativa, tiveram um sério enfrentamento com este gerente que, acompanhado do irmão do arrendatário dos seringais do Jordão -Didi Farias- e de todos os seringueiros brancos, exigia permanecer mais uma safra de borracha movimentando os seringais da área indígena. Os índios não aceitaram esta decisão e atiraram com suas espingardas para o alto para reafirmar a sua disposição de retirar todos os ocupantes não indígenas de sua área, conforme o prazo anteriormente firmado em documento.

d- no contexto da cidade de Tarauacá, as lideranças Kaxinawá tiveram que enfrentar os atores políticos e econômicos locais: os pretensos proprietários dos seringais do rio Jordão, os dirigentes da associação patronal de Tarauacá, o prefeito local,

o vigário da paróquia, o delegado de polícia e até o Secretário de Segurança Pública do estado do Acre. Além disso, tiveram que enfrentar, também, o gerente e o chefe da carteira rural do BASA -instituição bancária que financiava os seringais da região. O gerente do BASA, José Ramos, não por acaso era irmão do principal proprietário dos seringais do Jordão, Raimundo Ramos de Araújo. Todos esses atores locais tramaram uma das mais sujas intrigas contra os Kaxinawá, com a clara intenção de acabar com o movimento da cooperativa indígena que estava se implantando no Jordão. Estes personagens chegaram a pressionar a polícia local para tomar a borracha que os líderes Kaxinawá comercializavam na cidade. Impediram, também, que certos comerciantes vendessem mercadorias à crédito para as cooperativas Kaxinawá e, ainda, mandaram diligências policiais para o Jordão com a finalidade de amedrontar os índios e suas famílias. Alegavam que a área indígena não estava demarcada pela Funai. E acusavam os índios de atentar contra a paz social e diminuir a produção de borracha do município.

A repressão aos Kaxinawá e à sua cooperativa deu uma repercussão nacional à luta local que eles vinham travando pela posse dos seringais existentes em suas terras. Por causa disto as lideranças Kaxinawá dos rios Jordão e Humaitá, Alfredo Sueiro e Vicente Saboia, respectivamente, foram convidadas a visitar as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília em abril/79 para denunciar a situação de "cativeiro" em que viviam no interior dos seringais acreanos. A viagem visava denunciar, também, as perseguições policiais que estavam sofrendo por parte dos patrões seringalistas do município de Tarauacá. Em São Paulo, as

lideranças Kaxinawá receberam apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI-SP), através do qual encaminharam um projeto para a entidade religiosa alemã Pão para o Mundo, que financiou as safras de borracha nos períodos de 79-80, 80-81 e 81-82. Ainda durante essa viagem os líderes Kaxinawá solicitaram ao presidente da Funai, em Brasília, as demarcações físicas daquelas duas áreas Kaxinawá (Jordão e Humaitá).

O movimento de cooperativa, gerenciado pelas próprias lideranças Kaxinawá, fortaleceu concretamente os processos de luta pelas terras indígenas protagonizados por aquele povo. E, sobretudo, possibilitou a reorganização interna da população Kaxinawá do rio Jordão, a partir de padrões delineados por seus membros. Para alcançar este objetivo, era imprescindível desarticular o controle monopolista exercido pelos antigos padrões sobre a esfera de comercialização. Pretendia-se criar uma alternativa que desobrigasse os índios de comercializarem suas produções individuais de borracha e os bens de consumo industrializados e instrumentos de trabalho de que já necessitavam para viver e trabalhar nos seringais do Jordão. Graças à sua cooperativa, os Kaxinawá passaram a comercializar suas produções (extrativas e agrícolas) por conta própria junto aos comerciantes da cidade de Tarauacá. E, com isto, conseguiram cotações mais elevadas por seus produtos extrativos, passaram, também, a comprar instrumentos de trabalho e mercadorias mais diversificadas e por menores preços.

A estruturação e o fortalecimento de sua cooperativa permitiram que os Kaxinawá redefinissem as regras subjacentes ao regime de barracão e reincorporassem valores culturais, como

parentesco, reciprocidade etc... Tal reincorporação cultural constituiu-se em fator importante no processo de reorganização social e política por eles protagonizados.

A retirada dos brancos e a elaboração de projetos políticos e econômicos com base nas aspirações do próprio grupo estimularam o surgimento de lideranças políticas, escolhidas e legitimadas pelos seus membros. A construção de alianças entre membros das redes familiares extensas serviu para a redefinição dos padrões de relacionamento interno.

Após a retirada dos brancos da área indígena do rio Jordão, no início de 1980, ocorreu uma gradual redefinição dos espaços que cada uma das famílias Kaxinawá ocuparia, tanto territorialmente quanto em termos de esferas políticas e de espaços de comercialização criados pela organização da cooperativa e de sua rede de cantinas e depósitos.

Desse modo os integrantes da família Sales (tendo Sueiro e Getúlio Sales como líderes proeminentes da comunidade) passaram a ocupar algumas posições importantes na estrutura que a cooperativa configurou após a retirada dos brancos. A maior ascendência dos Sales foi também reforçada pelo papel que assumiram alguns de seus membros na condução de importantes processos durante a conquista da terra. Assim, os Sales passaram a coordenar tanto a cooperativa (e a ditarem certas normas importantes para a organização do território) quanto o estabelecimento de alianças -políticas, econômicas e matrimoniais- com outras famílias extensas que começaram a se redistribuir nos distintos seringais da área do Jordão.

Os integrantes da família Sales conseguiram manter diretamente

sobre o seu controle a distribuição das mercadorias e a canalização da borracha dos seringais Bom Jardim e Fortaleza.

No seringal Sorocaba, os Sales re-atualizaram sua ascendência através de alianças matrimoniais com membros da família Maia.

O Seringal Transual acabou sendo compartilhado pela família Sereno, liderada por Felipe Sereno e Elizeu Sereno, cunhado e sogro de Getúlio Sales, respectivamente. Posteriormente, houve um racha entre estes dois líderes, passando Elizeu a liderar a família Sereno, enquanto Felipe se retirou para o rio Breu com toda a sua família extensa. A mudança do grupo de Felipe para o Breu foi de fundamental importância para a posterior organização da cooperativa naquele rio e para a retirada dos patrões e seringueiros brancos daquela área indígena vizinha do Jordão.

No seringal Revisão, as famílias Sena e Mateus passaram a controlar a esfera da comercialização e a estabelecer alianças e acordos com outros grupos extensos (a dos Paulino e dos Pinheiros) que se mudaram para o depósito Salva Vida (parte inferior do seringal Revisão).

No Bonfim a disputa pelo controle dos espaços comerciais e políticos deu-se entre os integrantes das famílias dos Pinheiros e dos Pereiras, duas famílias que migraram para o Jordão durante o período de luta pela terra. Viviam anteriormente em diferentes seringais do alto rio Tarauacá e ao retornarem ao Jordão contribuíram para o enfrentamento dos patrões daquele seringal. No bojo de acordos e disputas econômicas e políticas acabou prevalecendo a primazia dos Pereira, que assumiram o controle da cantina do seringal Bonfim. Só mais recentemente (1991-92) os Sales passaram também a controlar este seringal, após a criação



da sede central da cooperativa no Astro Luminoso, localizado abaixo do igarapé Bonfim, limite da margem esquerda da área indígena.

Após a retirada dos brancos e o real domínio do território pelos Kaxinawá ocorreram outros importantes desdobramentos:

a) houve um considerável acréscimo da população Kaxinawá nos seringais do rio Jordão. Em 1975, foram recenseados 383 Kaxinawá, morando em 57 casas. Em 1981, foram registrados 633 índios. E este crescimento populacional deveu-se principalmente à migração de famílias Kaxinawá que viviam em distintos seringais do rio Tarauacá (Xapuri, Cachoeira, Iguatú e Seretama) e que vieram para o Jordão motivadas pela existência da cooperativa e para reforçar a luta pela posse dos seringais da área indígena. Em 1983 a CPI-Acre recenseou 774 índios. Em 1986, os monitores de educação indígena recensearam 800 índios. Em março de 1992 foram recenseados 1.085 índios Kaxinawá. Durante este último período a população do Jordão cresceu consideravelmente devido, sobretudo, à melhoria das condições de saúde da população. Esta melhoria foi motivada pela atuação de agentes de saúde Kaxinawá, capacitados pela CPI-Acre, atuação esta que viabilizou vacinações sistemáticas da população indígena local.

b) do ponto de vista das atividades produtivas voltadas primordialmente para a comercialização, houve um aumento progressivo da quantidade de borracha produzida dentro da área indígena. Esta produção chegou ao auge em 91, época na qual se produziu mais de 32 toneladas de borracha. O aumento da produção de borracha dos seringueiros Kaxinawá foi possível a partir do processo de apropriação das colocações e estradas de seringa

anteriormente ocupadas pelos brancos.

c) no que diz respeito aos cultivos voltados primordialmente para a subsistência dos grupos domésticos, seguiu-se também um incremento considerável do número e do tamanho dos roçados colocados em terra firme (macaxeira, banana, milho, batata doce, inhame, taioba, cana e algodão), assim como do número de praias aproveitadas para o cultivo de amendoim, feijão, melancia, abóbora e milho. No "tempo dos patrões", como dizem os Kaxinawá, o gado dos gerentes-aviados dificultava as práticas agrícolas na praia. Após a retirada dos brancos houve negociações entre os integrantes dos grupos extensos de cada seringal para a distribuição de pelo menos uma praia para cada grupo doméstico Kaxinawá desenvolver seus cultivos de verão.

d) em relação às outras atividades de subsistência, como a caça e a pesca, os Kaxinawá passaram a "mariscar" (pescar) regularmente com "oaca" -pescaria coletiva anteriormente proibida pelos patrões brancos- e a "caçar com cachorro", atividade, como já afirmamos, permitida apenas no Seringal Fortaleza durante o período de domínio dos patrões seringalistas no rio Jordão.

Devido a retirada de todos os brancos da área indígena e pressionada pelas constantes reivindicações de embaixadas de lideranças indígenas, tanto na sede da Ajacre em Rio Branco quanto na sede central em Brasília, a Funai iniciou, em 1980, a demarcação física do território Kaxinawá do rio Jordão. Contratou para essa tarefa a firma de topografia SETAG (Serviços Técnicos de Agrimensura e Geodésia Ltda) de Goiânia. Mas logo após o início da abertura das picadas de demarcação da área do Jordão,

os Kaxinawá paralizaram os serviços, porque a SETAG estava deixando fora dos limites da área indígena inúmeras colocações de seringa, onde estavam localizados importantes recursos naturais do território indígena, tais como, estradas de seringa, roçados, áreas de caça, pesca e coleta.

A SETAG desconhecia a geografia local e os limites tradicionais dos seringais existentes no rio Jordão. Já os índios identificavam quais os igarapés que caíam dentro das águas do Jordão e quais as "terras chefes" ou "divisores de águas" que delimitavam a extensão dos seringais e das bacias dos rios fronteiriços com a bacia do Jordão. Esse confronto de concepções entre os índios e os integrantes da firma SETAG a respeito do território Kaxinawá (como um conjunto de seis seringais nativos) levou a paralização da demarcação física do território Kaxinawá do rio Jordão.

Com a paralização da demarcação da área em 80, a Funai criou novos grupos de trabalho para re-identificar a área Kaxinawá em 1981/82.

A partir de 83, o processo de regularização fundiária da terra Kaxinawá do rio Jordão teve que passar pelo crivo do Grupo de Trabalho Interministerial (ou Grupão), criado pelo decreto 88.118 de 23/02/83.

Em 83 foi constituído uma equipe técnica FUNAI/INCRA para proceder com o levantamento e a avaliação das benfeitorias realizadas por não-índios no interior das áreas Kaxinawá localizadas no município de Tarauacá. Tal equipe constatou que apenas 02 brancos habitavam dentro da área do Jordão: um, casado com a neta do chefe indígena Sueiro, era considerado pelos índios

como integrante do grupo; e o outro, que ocupava uma colocação com a permissão do Sueiro, não possuía qualquer benfeitoria e pretendia deixar, brevemente, a área indígena (relatório datado de 10/08/83).

O Parecer Conclusivo da área do Jordão emitida pelo grupão recebeu o número de série 030/84. Através da Exposição de Motivos conjunta MEAF/MINTER (assinada pelos seus titulares Danilo Venturine e Mário Andreazza, respectivamente) foi encaminhado ao Presidente da República, João Figueiredo, o qual assinou o Decreto 90.645/84 de 10/12/84 declarando "de ocupação dos silvícolas uma área de terra denominada Área Indígena do Rio Jordão" ( publicado no Diário Oficial da União, de 11/12/84).

Apesar da existência do decreto assinado pelo Presidente da República, foram necessários 2 anos até que se iniciasse e concluísse a demarcação física da área indígena do rio Jordão.

Antes disso, no verão de 1985, os Kaxinawá decidiram demarcar, por conta própria, o seu território. Essa decisão foi amadurecida depois que os líderes Kaxinawá participaram da assembléia das lideranças indígenas do Acre/Sul do Amazonas realizada pela UNI-Norte , em abril de 85, em Rio Branco. Ao retornar ao Jordão, as lideranças Kaxinawá promoveram diversas reuniões nas sedes dos seis seringais para discutir e combinar estratégias específicas a serem implementadas em cada seringal, visando a auto-demarcação física do seu território. Estabeleceram o acordo de que cada participante das equipes de trabalho de demarcação seria, junto com seu grupo doméstico e/ou extenso, dono de sua colocação de seringa. Organizaram os acampamentos em cada um dos seringais da área indígena, fizeram farinha e a cooperativa, embora ficasse

descapitalizada durante este período, assumiu todos os gastos com instrumentos de trabalho, munição (chumbo, pólvora, espoletas e cartuchos), remédios e alimentos. Essa idéia não era nova, pois desde 1980, quando paralizaram a demarcação de seu território, os Kaxinawá do Jordão vinham pensando em auto-demarcar a sua área, pois acreditavam que as firmas contratadas pela Funai não conheciam e nem respeitavam os limites naturais existentes entre os seringais nativos do rio Jordão com aqueles localizados nos rios vizinhos, que circundavam o seu território (rios Tarauacá, Breu, Machadinho e Tejo).

Depois da auto-demarcação de sua terra, os Kaxinawá "batizaram" com novos nomes os seis seringais da área (o Bonfim passou a se chamar Boa Esperança, o Bom Jardim passou a ser Alto do Bode, o Fortaleza recebeu o nome de Três Fazenda, o Sorocaba ficou conhecido como Belo Monte, o Transual como Bondoso e o Revisão ficou Novo Segredo). O rio Jordão passou a se chamar Yuraiá (que significa na língua Kaxinawá "o rio do nosso corpo"). Vários igarapés e colocações de seringa também foram "batizados" com novos nomes. Pode-se perceber nesses "batismos" processos rituais de marcação carregados de forte simbolismo, através dos quais os Kaxinawá ritualizaram o início de um novo momento histórico em suas relações com a sociedade envolvente. Marcando assim "o tempo dos direitos", como dizem os líderes Kaxinawá.

A partir de junho/1985 inicia-se, na região do Acre/sul do estado do Amazonas, o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI). Este projeto, no valor de 10 milhões de dólares, faz parte dos contratos de empréstimo assinados entre o governo brasileiro e o Banco Inter-Americano de

Desenvolvimento (BID) para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco. Uma vez iniciado este projeto, vários órgãos federais (Incra, Funai, Sema, IBDF, Embrapa, IBGE e SEPLAN) passaram a receber recursos para implementar um conjunto de ações a curto prazo visando o minoramento dos prejuízos ecológicos e sociais resultantes do asfaltamento da Br-364. Por esse projeto, caberia à Funai agilizar o processo de demarcação das áreas indígenas que ficavam dentro da área de influência indireta da BR-364. Através do PMACI, o governo brasileiro liberou Cr\$ 1.263.000.000,00 para a demarcação de 8 terras indígenas em 1985 (esses recursos faziam parte de um montante de Cr\$ 2.500.000.000,00 oriundos do PIN, destinados a apoio de Projetos de Desenvolvimento Regional e repassados às instituições federais e estaduais participantes do PMACI).

Através do Edital de Tomada de Preço instaurado pela Funai n. 001/85, a ASSERPLAN Engenharia e Consultoria Ltda pediu o montante de Cr\$ 435.200.000,00 para demarcar a área indígena do rio Jordão.

Os trabalhos de demarcação oficial dos limites do território do rio Jordão foram iniciadas em 23/09/85, através da Ordem de Serviço n. 01/DPI/Funai. A ASSERPLAN, na realidade nada mais fez do que validar a auto-demarcação anteriormente realizada pelos Kaxinawá. No dia 13/05/86, esta empresa finalmente entregou a planta de demarcação da Área Indígena do rio Jordão, com área de 87.293,7981 hectares e o perímetro de 216.344,99 metros. Em 1988, esta área Kaxinawá foi registrada no Serviço de Patrimônio da União (Reg. SPU ac-55, liv. 375 em 19/05/88) e no Cartório de Registro de Imóvel de Tarauacá (Reg. CRI matr. 392, liv. 2-b, fl.

219 em 4/7/88). Através do Decreto No. 225, de 29/10/91, o Presidente da República assinou sua homologação administrativa.

Até a demarcação física do território do Jordão, os Kaxinawá vinham recebendo pequenos recursos para financiar as safras de borracha e agrícola de sua área, através de distintos projetos intermediados pela Comissão Pro-Índio do Acre (CPI-Acre).

Em 1987, os Kaxinawá criaram a Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão, a qual devidamente legalizada, com estatutos e ata de fundação publicada no diário oficial e CGC. Desde então, os líderes Kaxinawá têm buscado os recursos necessários para a diversificação das atividades produtivas da área.

Ainda durante o ano de 86, os Kaxinawá do rio Jordão receberam recursos no valor de Cr\$ 411.571,00 canalizados de distintas agências (CPI-Acre/Oxfam Inglaterra, Funai, Sudhévea, Ministério da Justiça e a ASSERPLAN) para, por um lado, financiar parte das necessidades do grupo durante a realização da safra de borracha de 86; por outro, saldar os débitos realizados por indivíduos ou representantes de grupos extensos Kaxinawá junto aos comerciantes de Vila Jordão, independente do movimento engendrado pela cooperativa.

Em 87/88 a Associação Kaxinawá encaminhou dois projetos para a Embaixada do Canadá e para Oxfam/Inglaterra visando a diversificação agrícola e o financiamento das safras de borracha da área indígena. Com os recursos desses projetos os Kaxinawá adquiriram vários equipamentos importantes, tais como uma peladeira de arroz motorizada e 3 engenhos de cana-de-açúcar para fabricação do açúcar mascavo.

De 89 até 92 os Kaxinawá do rio Jordão receberam recursos do BNDES, através de projetos elaborados em conjunto com o Conselho Nacional dos Seringueiros. Estes projetos beneficiaram a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá e outras associações de seringueiros, além das cooperativas e associações indígenas do Alto Juruá. Os recursos do BNDES foram muito importante para o processo, recentemente iniciado de expansão territorial dos índios Kaxinawá do rio Jordão.

As verbas recebidas pelo BNDES permitiram aos Kaxinawá se apropriar lentamente das colocações de seringa fora dos limites de seu território. Em 1990, construiu-se e inaugurou-se, justamente nesta faixa de terra, o armazém central de sua cooperativa, no local denominado Astro Luminoso. Este acontecimento "marcou" o domínio efetivo sobre o Nova Empresa, seringal localizado logo abaixo da área demarcada. No início de 1991, a totalidade deste seringal foi definitivamente incorporada à área indígena. A mudança do grupo extenso de Getúlio Sales -principal liderança política do Jordão- e de várias outras famílias Kaxinawá para as proximidades da antiga sede do Nova Empresa, demonstra a importância deste processo recente de expansão territorial dos índios Kaxinawá.

A assinatura de homologação da demarcação administrativa da área (última etapa do processo de regularização oficial da terra Kaxinawá) não considerou a recente incorporação do seringal Nova Empresa à área indígena Kaxinawá. Entre os trabalhos de demarcação física da área indígena, realizados em 86 e a



publicação do decreto de sua homologação, em 92, decorreram mais de 5 anos, durante os quais ocorreram consideráveis mudanças nas correlações de força no âmbito local - tanto internamente ao grupo, como nas relações de alguns de seus membros com atores da sociedade regional.

Enquanto existe atualmente um processo de expansão da população Kaxinawá em direção à foz do Jordão, a presença de índios arredios e os enfrentamentos com os Kaxinawá que habitam os dois últimos seringais (Bondoso e Novo Segredo) têm imposto restrições à habitação e ao uso produtivo da área próxima às cabeceiras do Jordão.

Os "brabos" (como os Kaxinawá referem-se a esses índios quando falam em português ou "Jamináwa" quando falam em sua língua) colocam consideráveis limitações ao pleno uso do atual território controlado pelos índios do rio Jordão. Os roubos frequentes e a possibilidade de ocorrerem novamente enfrentamentos mais sérios entre Kaxinawá e "brabos" levaram grande parte dos grupos domésticos a se mudarem para outros seringais mais populosos onde existem menos colocações e estradas de seringa disponíveis e onde a caça e a pesca são menos abundantes do que nos seringais localizados mais próximos das cabeceiras do Jordão.

Apesar de ter passado por todas as etapas do processo de reconhecimento legal da terra indígena (identificação e re-identificações, delimitação, demarcação física e homologação), o território dos índios Kaxinawá do Jordão ainda está indefinido, pois existe um território passível de ser apropriado caso isto se torne necessário em algum momento futuro (devido, por exemplo, a um aumento populacional). Por ora as cabeceiras do Jordão tem

servido como área de refúgio para distintos animais e, conseqüentemente, como nichos que permite um adensamento natural de certos tipos de caça e peixes mais raros em outros lugares da área indígena.

Após a conquista de seu território e o crescimento do movimento indígena regional, os Kaxinawá do Jordão entenderam que seria necessário atuar, do mesmo modo que o fizeram com relação a sua própria área, no sentido de apoiar a implantação de cooperativa indígenas em outras áreas Kaxinawá circunvizinhas. Assim agindo eles estariam promovendo em última instância, o reconhecimento e a criação de novos territórios indígenas para o seu povo. Deste modo, em meados da década de 80, passaram a apoiar, em conjunto com a CPI-Acre, a retirada dos patrões e seringueiros brancos, da área contígua Kaxinawá do rio Breu. Dois anos depois de criada a sua cooperativa, os Kaxinawá do Breu retiraram todos os ocupantes não-indígenas de sua área. Hoje ocorre um sistemático fluxo de índios Kaxinawá entre essas duas áreas.

Mais recentemente as lideranças Kaxinawá do Jordão ajudaram, também, os índios da Praia do Carapanã a fortalecer a incipiente cooperativa daquela área (aliás a única área indígena que até agora não foi identificada pela Funai no estado do Acre). A Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Jordão, por diversas vezes, forneceu-lhes mercadorias e instrumentos de trabalho com a finalidade de mobilizar os seus parentes do Carapanã a lutar pela posse daquela terra de antiga ocupação de índios Kaxinawá, que foi vendida para a PARANACRE no início da década de 70. A área do Carapanã -constituída pelos seringais Universo e Mucuripe-

localizada a 3 dias de subida da cidade de Tarauacá, assume papel estratégico para as atuais aspirações de distintos integrantes do grupo Kaxinawá do rio Jordão. Trata-se de uma área de domínio indígena muito importante para a resolução de conflitos familiares que esporadicamente acontecem na área do Jordão. A Funai apenas em 91 incluiu esta área no plano de demarcações de terras detalhado com objetivos de cumprir as disposições constitucionais que estabeleceu prazo até 93 para a regularização da totalidade das terras indígenas existentes no Brasil.

Por fim, cabe explicitar dois outros fatores fundamentais no processo de inserção territorial da área indígena Kaxinawá do rio Jordão na região do Alto Juruá.

O primeiro fator foi a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, com área de aproximadamente 506 mil hectares, que foi reservada para cerca de 6 mil seringueiros da região. Tal reserva (circunvizinha ao território Kaxinawá do Jordão e à três outras áreas indígenas: Kampa/Kaxinawá do Breu, Jamináwa-Arara do Bagé e Kampa do rio Amônea) ampliou, consideravelmente, a extensão de área ecologicamente protegida. Além disto, a criação desta Reserva viabilizou recursos financeiros, no período de 89 à 92, que beneficiaram não só a sua população como, também, as demais populações indígenas do Alto Juruá. Os Kaxinawá do Jordão, como dissemos acima, conseguiram não só financiamentos para as suas safras agrícolas e extrativas, como também ampliaram o seu território.

O segundo fator foi a recente criação do município do Jordão, dentro do qual a área indígena passou a se localizar. A criação deste município se mostrou relevante por ter

possibilitado ao povo Kaxinawá descobrir a sua força eleitoral e seu potencial enquanto atores políticos locais. Tal fato pode ser verificado na última eleição municipal realizada em Outubro de 1992.

Dois antigos patrões seringalista de Vila Jordão, Hilário Melo (PFL) e Turiano Farias (PDS), foram os candidatos a Prefeito do novo município e praticamente dividiram os votos dos seus eleitores brancos, muitos dos quais eram seus freguezes. A população Kaxinawá, que representa quase 20% (vinte por cento) do total dos eleitores do novo município, praticamente decidiu a eleição a favor do candidato do PFL. Isso porque o outro candidato era irmão do antigo arrendatário dos seringais da área indígena, Carlos Farias, que sustentou um sério conflito com os Kaxinawá no final da década de 70, quando eles decidiram ocupar por conta própria os seringais existentes em suas terras.

O novo Prefeito, que não tem interesse nos seringais do Jordão, pois seus seringais estão localizados nas cabeceiras do rio Tarauacá, vem, desde a campanha eleitoral, apoiando o processo recente de incorporação pelos Kaxinawá do Seringal Nova Empresa. Comprometeu-se, ainda, a construir escolas e postos de saúde dentro da área do Jordão e ajudar os monitores de educação e agentes de saúde indígenas, que vem sendo treinados e capacitados pela CPI-Acre desde meados da década de 80. Os velhos(as) Kaxinawá esperam que com a instalação de uma agência bancária na sede do novo município, eles possam receber os vencimentos de suas aposentadorias pelo Funrural, evitando uma longa viagem entre a área do Jordão e a cidade de Tarauacá, como ocorre até hoje.

Nas próximas eleições municipais os Kaxinawá vão apresentar candidatos à Câmara dos Vereadores, com condições de eleger dois ou três representantes escolhidos e comprometidos efetivamente com a sua comunidade. Assim sendo, com a experiência adquirida nesta primeira eleição, os Kaxinawá passaram a entender que representam uma força política e eleitoral decisiva no novo município. E, sobretudo, que essa participação política local é importante, tanto para o destino atual de sua população, quanto para a garantia de seu território no futuro.